

AMAZÔNIA: UMA VISÃO POLÍTICO-ESTRATÉGICA*

HERNANI GOULART FORTUNA
Almirante de Esquadra (Ref^o)

SUMÁRIO

Prólogo
A inserção brasileira da Amazônia
<i>Questões de fronteiras</i>
<i>Concepção política dos Estados Unidos</i>
<i>Reservas indígenas</i>
O transporte aquaviário
Uma manobra geopolítica
A defesa da Amazônia
<i>O Exército</i>
<i>A Marinha</i>
<i>A Aeronáutica</i>
Conclusão

PRÓLOGO

O pensamento das lideranças dos Estados Unidos da América tem influenciado significativamente a formulação de sua

política externa, que pode ser resumida em duas visões características, desde a independência daquele país:

Uma visão realista – O mundo é, inerentemente, um lugar de conflitos, com os es-

* N.R.: Palestra proferida no Comando do 9º Distrito Naval em 11 de dezembro de 2009, durante a Semana da Marinha.

tados nacionais buscando a consecução de seus interesses, empregando todos os meios ao seu alcance; portanto, a segurança nacional não pode ser apenas garantida pela cooperação internacional (governos de George Washington, John Adams, Theodore Roosevelt, Harry Truman, Ronald Reagan e John Kennedy).

Uma visão liberal – Maximiza o papel dos organismos internacionais para a solução pacífica dos conflitos, utilizando as leis do mercado para conciliar antagonismos e interesses econômicos, favorecendo a negociação e o convencimento (governos de Thomas Jefferson, Woodrow Wilson, Franklin D. Roosevelt e Bill Clinton).

Entretanto, o final do século XX assistiu a acontecimentos inimagináveis para um analista da história que tivesse prospectado um cenário conservador para a compatibilidade de interesses e o equilíbrio de poderes, em um mundo bipolar que parecia cristalizado no início da década de 1980 e que hoje se materializa na existência dos Brics (sigla criada para designar os quatro principais países emergentes do mundo – Brasil, Rússia, Índia e China) e na reafirmação dos Estados Unidos da América em sua condição de potência hegemônica num ambiente de economia globalizada.

Os conceitos de poder, política, estratégia e objetivos são agora mais amplos e sofisticados, num novo ordenamento internacional, estabelecendo mecanismos de proteção que privilegiam os países desenvolvidos do Hemisfério Norte, congregando 85% da riqueza de um mundo globalizado, em detrimento daqueles que, no Hemisfério Sul, usufruem apenas de 15% da riqueza gerada no planeta.

A INSERÇÃO BRASILEIRA DA AMAZÔNIA

A posição geoestratégica do Brasil no continente sul-americano resulta em uma fron-

teira terrestre que interage com dez países e em uma fronteira marítima com mais de 4 mil milhas de extensão. Nesse contexto, visamos a focar a Amazônia e seus aspectos mais importantes no que diz respeito aos interesses brasileiros e à soberania nacional.

Assim, discutiremos a Amazônia brasileira, com sua área de 4 milhões de km², sua projeção na plataforma continental, que pode atingir até 350 milhas, em face das peculiaridades do cone amazônico, distinguindo-se de imediato uma área marítima e uma área fluvial onde influências políticas e estratégicas desdobram-se em um cenário único no mundo que interage com a maior floresta tropical do planeta, em aspectos de biodiversidade, província mineral privilegiada, vocação energética invejável e reservas de água doce não comparáveis a quaisquer outras fora das calotas polares.

Dessa forma, não é difícil distinguir os aspectos de natureza político-estratégica que essa Amazônia possa representar para seu desenvolvimento, sua segurança e sua definitiva integração ao restante do território nacional.

Pretendemos, assim, apresentar algumas considerações e subsídios a uma questão que desafia a nação brasileira, dona de um patrimônio valioso demais, porque, em suas peculiaridades, é única no mundo e não admite soluções que não sejam encontradas dentro das fronteiras nacionais.

No Tratado de Madri e no Tratado de Santo Ildefonso, ambos assinados na segunda metade do século XVIII, foram obtidas as condições que ratificaram interesses, violações e precondições para que o gênio do Barão do Rio Branco emoldurasse a Amazônia no contexto do território nacional, desde a questão acreana, na Amazônia Ocidental, até a neutralização de contenciosos com as três Guianas, na Amazônia Oriental, o que tornou o Brasil eminentemente amazônico, por determinismo geográfico.

A esses aspectos seguiram-se períodos de esquecimento do significado verdadeiro da importância da Amazônia para a grande nação brasileira. Essa situação era compreendida por aspectos de significado efêmero, como o ciclo da borracha, que, embora tivesse despertado o interesse europeu e o norte-americano, não conseguiu superar o isolamento que o fator distância determinava nas decisões nacionais, sem informações adequadas e, portanto, sem o conhecimento da realidade.

A tentativa de estabelecer polos de influência política e econômica na Amazônia por países estrangeiros foi fruto da presença norte-americana em Fordlândia, na década de 1940, e, posteriormente, do Projeto Jari, na década de 1970. Em ambas as situações, houve reversões de expectativa da fixação americana, com o retorno à soberania brasileira.

Assim, a presença de tropas americanas em Belém e Manaus, durante a Segunda Guerra Mundial, pode ser considerada como a de um país aliado combatendo inimigos comuns, o que, de certa forma, trouxe benefícios que se desdobraram num processo de desenvolvimento econômico e tecnológico para a região.

Projetos importantes tiveram lugar na Amazônia, no período de 1965 a 1975, como a construção da hidrelétrica de Tucuruí; a descoberta e o desenvolvimento da província mineral de Carajás; a construção do complexo ferro-portuário Carajás-Ponta da Madeira, na Baía de São Marcos; a construção do projeto Alumar, em São Luís do Maranhão; a construção do projeto Albrás-Alunorte, em Barcarena, no Pará; a extração de bauxita na Mineração Rio do Norte, no Rio Trombetas; e a reorientação do Projeto Jari para a produção de caulim e celulose branqueada, entre o Pará e o Amapá.

Esses empreendimentos, de forma direta ou indireta, foram resultado do célebre Projeto Radam (Radar da Amazônia), que per-

mitiu o primeiro inventário, em bases científicas, da superfície e do subsolo da imensa região amazônica, na década de 1970.

Se os aspectos de desenvolvimento estavam sendo atendidos, o mesmo não se aplicava aos requisitos de segurança. Os contenciosos existentes, todos com desdobramentos na região, são até hoje motivo de preocupação permanente com a segurança amazônica e, portanto, com a segurança nacional.

Questões de fronteiras

Estamos falando das questões de fronteiras entre o Suriname e a Guiana; entre a Guiana e a Venezuela, pela bacia do Essequibo; entre a Venezuela e a Colômbia, no Golfo da Venezuela; entre o Peru e o Equador, em que o Brasil é mediador; e entre o Chile, o Peru e a Bolívia, quando perdas importantes foram sofridas pelos dois últimos países na Guerra do Pacífico, o que custou ao Peru a privação de seus territórios ao norte, em Arica, e à Bolívia a sua saída para o mar, além de reivindicações importantes, resultado de questões não resolvidas após a Guerra do Chaco, com o Paraguai.

A grave situação da Colômbia, que vive uma crise institucional sem precedentes, em que o Estado de direito é contestado pelo Estado de fato, que obedece ao narcotráfico e ao contrabando de armas, desdobra esse conflito em pleno território amazônico brasileiro.

Retornando aos aspectos de segurança, não poderíamos deixar de mencionar a peculiaridade da fronteira com a Guiana Francesa, no estado do Amapá.

Primeiro, por não se tratar a Guiana de um Estado soberano, mas de uma extensão da França, onde a Base Aeroespacial de Kourou, em Caiena, lança satélites franceses e brasileiros.

Segundo, porque existe uma articulação estratégica entre Caiena-Fort de France (Martinica) e Pointe-à-Pitre (Guadalupe)

projetando a influência político-estratégica da França no Atlântico e no Caribe.

Terceiro, porque a presença de um Comando Militar Combinado nesse eixo, inclusive com a presença de uma Brigada de Selva na Guiana, interage com os interesses brasileiros na região.

Na verdade, a fronteira do Brasil com a Guiana é maior que qualquer outra do território metropolitano francês com qualquer país da Europa.

Na última década, a Marinha brasileira contribuiu decisivamente para a demarcação definitiva de fronteiras na região do Oiapoque, no Amapá.

Por outro lado, a perspectiva de uma saída para o Pacífico encontra na Amazônia a mais concreta possibilidade de sua realização, mais precisamente através da Amazônia Ocidental, alcançando os portos peruanos de Callao, Ilo e Matarani, assegurando ao Brasil uma posição estratégica de maior estatura no contexto do continente sul-americano, concretizando uma formatação bioceânica para os eixos de comunicação nacional, limitados hoje às saídas tradicionais para o Atlântico.

A Amazônia não está, portanto, imersa em uma atmosfera de tranquilidade, o que vem exigindo uma preocupação constante do Brasil para manter sua integridade e prover sua segurança.

Esse foi o propósito que levou à criação do projeto Calha Norte, estabelecendo um arco de presença e proteção desde Tabatinga até Macapá. Entretanto, aquilo que seria a presença de órgãos federais, como Ministério da Saúde, Funai, Polícia Federal, Ibama, dentre outros, limitou-se à

presença de pequenos efetivos do Exército em pelotões de fronteiras, selecionados em locais onde a logística era provida pelos quartéis construídos e pelas pistas de pouso para receber os aviões da FAB.

O projeto Calha Norte dos anos 80 está sendo substituído pelo Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), que abrange o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam). Retornando ao Sivam, podemos defini-lo como um instrumento de viabilidade de ações estratégicas, a cargo do governo federal, dentro de um conceito sistêmico cujos elos são os órgãos governamentais que tenham como objetivo integrar, avaliar e difundir informações e conhecimentos para a defesa, o desenvolvimento e a integração da Amazônia ao restante do território nacional.

Apesar dos óbices gerados pela privatização da Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel), espera-se que o Sivam possa realizar aquilo que não foi possível alcançar com o Projeto Calha Norte, distorcido por incompreensões ideológicas e político-partidárias, acusado de ser um projeto de militarização da região.

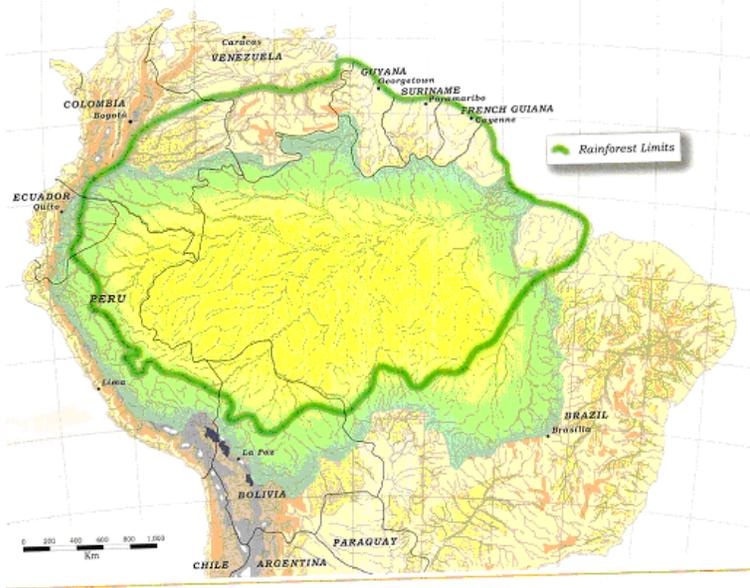
A Amazônia não está imersa em uma atmosfera de tranquilidade, o que vem exigindo uma preocupação constante do Brasil para manter sua integridade e prover sua segurança

Apesar dos óbices gerados pela privatização da Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel), espera-se que o Sivam possa realizar aquilo que não foi possível alcançar com o Projeto Calha Norte, distorcido por incompreensões ideológicas e político-partidárias, acusado de ser um projeto de militarização da região.

Os limites da floresta tropical

Os limites da floresta tropical – *Rainforest* – ocupam a maior parte da Bacia Amazônica que se estende no sentido Norte-Sudeste (NW-SE). Biologistas e geógrafos normalmente referem-se a esta região como *Amazon Rainforest*.

Entretanto, no interior da Floresta Tropical há grandes extensões de savanas, enquanto 10 a 15% da Floresta Tropical tem sido deflorestada nas últimas três décadas,



tos do Rio Amazonas até o delta do Orenoco. O mangue é a vegetação dominante ao longo do litoral.

Há somente três áreas de reserva protegidas ao longo de toda a costa: Puratuba, na foz do Araguari; Jipioca, na Iha de Maracá; e Cabo Orange, na foz do Oiapoque.

Com uma área de 4.500 km², a Baía de Marajó, ecologicamente, faz parte da Bacia Amazônica.

situação essa mais sentida no limite sul da área da *Rainforest*.

A ideia de que a floresta amazônica possa ser considerada o pulmão do planeta é uma falácia. O oxigênio da terra foi acumulado durante centenas de milhões de anos em face do fenômeno da fotossíntese (um produtor de oxigênio), que é maior que a *rate* de decomposição do material orgânico morto (um consumidor de oxigênio).

A decomposição da folhagem da *Rainforest* consome a mesma quantidade de oxigênio que a vegetação viva produz.

O *phytoplankton* marinho desempenha um papel mais importante na produção de oxigênio que aquele pertinente à floresta tropical.

A conclusão natural é que a contribuição das queimadas da floresta tropical é muito menor, quanto à produção de gases do efeito estufa, do que o fazem o montante da emissão dos combustíveis fósseis.

A projeção marítima da bacia do Rio Amazonas

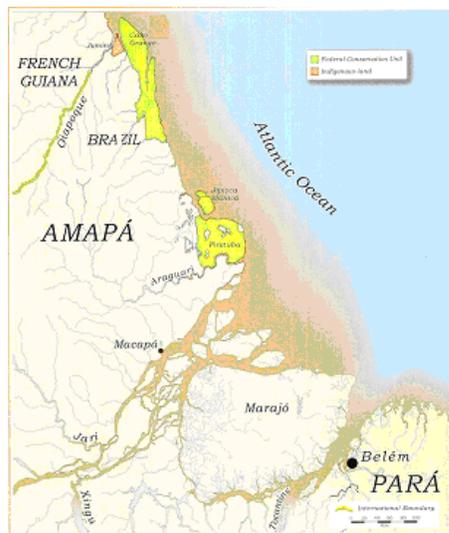
O estuário atlântico influenciado pelo Rio Amazonas tem aproximadamente 900 km de extensão, estendendo-se do estado do Pará até a Guiana Francesa, viajando os sedimen-

Concepção política dos Estados Unidos

Com o fim da Guerra Fria e do confronto leste-oeste, os Estados Unidos da América emergiram como a única superpotência do planeta, alterando profundamente o equilíbrio existente no mundo bipolar.

Aspectos da Concepção Política e do Conceito Estratégico dos EUA, emanados em 1995 e revistos em 2005, pela Casa Branca e pela Chefia do Estado-Maior Conjunto, permitem identificar os seguintes corolários:

- O mundo pós-Guerra Fria continua sendo um lugar perigoso.
- O conflito é, assim, inevitável, e torna-se altamente improvável que instituições



internacionais possam restringir a tendência da humanidade para a violência.

– Nenhuma Força Singular isolada incorpora todas as capacidades que são necessárias para responder a qualquer situação de crise.

– Rivalidades étnicas, nacionais e religiosas não estão sob o controle de uma hierarquia bipolar.

– A proliferação de armas de destruição em massa é a grande ameaça.

– A existência de refugiados, fruto de conflitos de guerra civil, pressiona a comunidade internacional.

– O combate às drogas e ao terrorismo é uma preocupação da estratégia nacional dos Estados Unidos.

– A preservação dos ecossistemas é fundamental para o equilíbrio das necessidades globais da atual população mundial.

Esse prisma de observação, do ponto de vista dos países do Primeiro Mundo, é mais preocupante quando focado na peculiaridade amazônica, onde coexistem 19 mil km de

vias navegáveis, a maior província mineral do planeta, um potencial energético de mais de 100 milhões de kW, um banco de germoplasma e uma biodiversidade incomparável, convivendo com a maior floresta tropical do mundo e com reservas de hidrocar-bonetos ainda em fase de delimitações.

Reservas indígenas

Não bastassem essas preocupações, existem desdobramentos nas áreas de reservas indígenas, onde a questão da tribo Ianomâmi foi a mais polêmica de todas, pelo fato de não respeitar as peculiaridades de um subsolo

não conhecido, bem como a faixa de fronteiras, estendendo-se além do território nacional, dificultando a preservação da segurança em áreas de difícil acesso, porém de grandes vulnerabilidades para ações de violações de limites geográficos, da prática de narcotráfico e de contrabando de minérios.

Assim, quando o governo brasileiro delimitou as reservas Ianomâmis, verificou-se que cerca de 10 mil indígenas ocupariam uma área de mais de 9 milhões de hectares, sem que o inventário do seu subsolo fosse conhecido em sua totalidade.

Estamos falando de mil hectares para cada índio, valor esse que nenhum plano de reforma agrária ousaria apresentar à sociedade brasileira.

Estamos falando de mil hectares para cada índio, valor esse que nenhum plano de reforma agrária ousaria apresentar à sociedade brasileira

O trabalho pouco divulgado das missões religiosas estrangeiras dedicadas à catequese indígena, com tarefas e missões definidas no exterior, também é motivo de preocupação, em face da possibilidade de vir a ser, eventualmente, exigida a autonomia de nações tribais

dentro do próprio território nacional.

Das 532 reservas catalogadas pela Fundação Nacional do Índio (Funai), 358 estão na Amazônia, sendo que 50% ainda não foram demarcadas. A tribo mais numerosa é a dos Tikunas, no alto Solimões, com 14 mil índios.

As reservas indígenas brasileiras envolvem, hoje, cerca de 200 mil índios, e aqui estamos tratando de algo que, pelas suas dimensões, abrange 11% do território nacional.

A zona de fronteira é constitucionalmente definida como a faixa de até 150 km de largura “ao longo das fronteiras terrestres, considerada fundamental para defesa do território nacional”.

O fundamento da criação da faixa de fronteira, em nosso direito, é tríplice, resumindo-se nos desideratos expressos com três vocábulos: segurança nacional, progresso e nacionalização.

Essas são preocupações que, sem dúvida, afetam a consecução de um objetivo nacional permanente, que é a integridade do patrimônio nacional brasileiro.

O TRANSPORTE AQUAVIÁRIO

Em uma região onde a estrada é, normalmente, o rio, os eixos de desenvolvimento estão intimamente ligados ao transporte sobre águas. Não é sem motivo que a maioria dos projetos da região só foram viabilizados pela função logística do transporte aquaviário.

A calha principal do Solimões/Amazonas, escoando a produção dos poços da província de hidrocarbonetos, em Urucu, na confluência dos Rios Tefé e Coari, é responsável pelo abastecimento completo da refinaria de Manaus e pela perspectiva de geração de energia e produção de fertilizantes, pelos excelentes níveis do gás natural existente, sem prejuízo de novas descobertas no alto Juruá, a 3.200 milhas de Belém, por via fluvial, distância essa superior àquela que une Recife a Gibraltar.

Assim, também o Rio Madeira proporciona hoje o escoamento anual de mais de 2 milhões de toneladas de grãos do Planalto Central para o Atlântico, escoamento esse crescente a cada ano.

Verifica-se, dessa forma, que na área fluvial e marítima da região amazônica convive a navegação de longo curso, como um

instrumento do comércio exterior, a navegação de cabotagem, como uma solução para os problemas de logística nacional, e a navegação interior, aproximando os centros de consumo e de produção, reduzindo custos e contribuindo para a concretização de uma demanda que acelera os aspectos de desenvolvimento da região.

Entretanto, no contexto acima, há de haver uma preocupação com a livre navegação na Amazônia se desejarmos preservar o delicado mecanismo de sua ecologia fluvial.

Assim, um cuidadoso exame da composição da Bacia Amazônica, por meio da interação com as bacias de seus rios tributários, leva-nos a estabelecer medidas de contenção, visando a adequar o transporte fluvial às características dessas bacias, não só para minimizar agressões previsíveis como também para preservação da maior fonte de água doce do planeta.

Assim, a Bacia Amazônica deveria ser preservada, minimizando toda e qualquer agressão que possa ser causada pela existência dos eixos de transporte na região, sem que o seu desenvolvimento e integração deixem de atender às suas funções econômicas e sociais.

Não há dúvida de que a navegação de longo curso e a de cabotagem, singrando o Amazonas e seus tributários, representam uma ameaça constante à integridade da preservação dos ecossistemas e da qualidade das águas doces das bacias hidrográficas. O despejo de dejetos e rejeitos ao longo de derrotas de alguns milhares de milhas, sem nenhum porto ou terminal que esteja preparado para armazená-los, constitui-se num problema grave que demanda a presença indis-

**O Rio Madeira
proporciona hoje o
escoamento anual de mais
de 2 milhões de toneladas
de grãos do Planalto
Central para o Atlântico,
escoamento esse crescente
a cada ano**

pensável da autoridade governamental, não para punir, porém para orientar e decidir.

Há de haver um planejamento em que o sistema de transporte fluvial seja simplificado com a preocupação de apoiá-lo e fiscalizá-lo, o que seria bem mais exequível e aceitável se a grande Bacia Amazônica tivesse suas águas singradas apenas por embarcações classificadas para a navegação interior, delimitando-se um cinturão de isolamento compatível com as necessidades da função logística do transporte hidroviário e coerente com a circunscrição dessa mesma Bacia Amazônica.

Pontos-limite para as navegações de cabotagem e de longo curso seriam estabelecidos nas fímbrias da bacia onde Barcarena, Macapá e Belém seriam marcos terminais para as embarcações de mar aberto, oriundas do Atlântico, marcos esses que estariam preparados para uma perfeita integração com a navegação interior, por meio de ações governamentais, seja em nível federal, estadual ou municipal, abrangendo aspectos de apoio logístico que interajam com o embarque, desembarque, transbordo e armazenamento de cargas transportadas.

Não é somente disciplinando o modal de transporte a ser utilizado na Bacia Amazônica que suas expectativas de preservação estarão alcançadas. Urge a deflagração de uma verdadeira revolução no fornecimento de energia, no saneamento básico, na educação e na saúde das populações ribeirinhas, modificando suas vidas, renovando seus costumes, atendendo a suas esperanças e seus anseios, sempre renovados ao ouvir o silvo das chaminés, a turbulência dos hélices e o banzeiro das marolas que as embarcações da Marinha deixam atrás de si, momentaneamente, visualizadas em esteiras de esperança.

UMA MANOBRA GEOPOLÍTICA

Uma manobra geopolítica contribuiria, sobremaneira, para neutralizar os verdadeiros

propósitos de lideranças assumidas ou impostas que visassem a consolidar hegemônias políticas, econômicas, militares e tecnológicas, em todo o continente sul-americano, fragmentando toda e qualquer liderança emergente, regional, subcontinental ou continental em que o Brasil seria o pivô mais prejudicado, em face de suas reais possibilidades geoestratégicas.

Um escudo protetor que interagisse de forma política e econômica no continente sul-americano, a partir dos blocos regionais já existentes, tendo como centro gravitacional estratégico o Brasil, seria de fácil implementação caso existisse vontade política para a consecução desse propósito. Esse escudo nada mais seria que a consolidação dinamizada do Mercosul, do Pacto Andino e do Pacto Amazônico.

Um capítulo à parte nessa manobra é a atração do Chile para o Mercosul e para o Pacto Andino, pois suas projeções geográficas terrestres no continente e marítimas no Pacífico têm imenso valor estratégico.

Estariamos, assim, revivendo a Doutrina Monroe, apenas com a assertiva original modificada, ou seja, a América do Sul para os sul-americanos.

Mais uma vez, abre-se uma real oportunidade para a integração da Amazônia, utilizando-se aqui a Declaração da Carta de Belém, de 23 e 24 de outubro de 1980, em que era objetivo do Tratado de Cooperação Amazônica criar, por meio da união de esforços de Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, mediante o mecanismo permanente instituído no Tratado, modalidades de cooperação e intercâmbio de informações, visando a acelerar o desenvolvimento socioeconômico dos respectivos territórios amazônicos, conservar seus recursos naturais e reforçar as ações previstas nos planos nacionais correspondentes.

O primeiro artigo da Declaração de Belém anunciava todo um programa de desenvolvimento para a região amazônica, acenan-

do para a possibilidade de que os países amazônicos viessem, finalmente, a unir-se num projeto regional comum, visando ao progresso econômico e social e à proteção e defesa da soberania desses países sobre a mais vasta bacia hidrográfica do planeta.

Nessa mesma época, instaurou-se nas altas esferas da elite governamental americana e europeia a ideia de que se deveria limitar o crescimento das nações, sobretudo daquelas que haviam recém-iniciado o ciclo de industrialização, sob o pretexto de que o planeta Terra constituía-se num único ecossistema e que o processo de desenvolvimento industrial ameaçava o equilíbrio desse sistema pelo consumo excessivo dos recursos não renováveis, gerando sua breve exaustão.

Essa visão limitadora do crescimento econômico trouxe mudanças radicais à concepção dos organismos multilaterais destinados ao financiamento e auxílio às economias em desenvolvimento.

A face oculta dessa concepção era que os países desenvolvidos já haviam ultrapassado essas limitações quando a revolução industrial do século XIX, feita à base do ferro, do carvão e da máquina a vapor, permitiu que o Império Britânico, seguido da Alemanha, do Japão e dos Estados Uni-

dos, estabelecesse as bases de uma economia industrial em escala, sem nenhum controle ou compreensão do que seria um desenvolvimento sustentado e que, agora, esses países querem impor aos demais países periféricos, tendo a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio e as organizações não governamentais como poderosos aliados, com acesso pleno aos meios financeiros e à mídia internacional.

Assim, o desenvolvimento foi contido e amplas áreas dos países, sobretudo da região amazônica, foram transformadas em reservas destinadas à conservação da fauna e da flora, ditas raras, em que a presença de comunidades indígenas e daqueles que se dizem responsáveis por suas novas catequeses procuram dissimular o verdadeiro potencial das vocações da Amazônia.

Aos países do Novo Tratado de Cooperação Amazônica caberá rechaçar os aspectos mais desagradáveis da chamada globalização, tais como: contestação de soberania, perda de identidade nacional, emergência de comportamentos desestabilizadores, eclosão de conflitos étnicos, raciais e religiosos e o crescimento do narcotráfico e do crime organizado.



A DEFESA DA AMAZÔNIA

O EXÉRCITO

Há necessidade de uma mobilização continuada de tropas para ocupar, vigiar e dissuadir a permeabilidade de toda a região fronteira que antes era compreendida no grande arco entre Tabatinga e a foz do Oiapoque, previsto no Projeto Calha Norte, sem prejuízo de deslocamento de tropas onde e quando necessário, desde que o transporte fluvial pela Marinha e o aéreo pela Aeronáutica apresentem-se como soluções logísticas adequadas, exequíveis e aceitáveis.

A MARINHA

Além de presença nos extremos do arco ocupado pelo Exército, ou seja, em Tabatinga e Macapá, caberá à Marinha tamponar a permeabilidade de eventuais incursões em Cucui, Boa Vista, Santo Antônio do Içá, Cruzeiro do Sul, Boca do Acre, Porto Velho e Guajará-Mirim, no que diz respeito às áreas fluviais.

No que concerne à área marítima, há que haver uma estação naval em Macapá, tamponando o Braço Norte do Amazonas que limita a entrada de navios a até 44 pés de calado, nas proximidades do banco Sirius.

A presença de uma Esquadra em local a ser adrede escolhido, se possível na *pré-amazônia maranhense*, na Bacia de São Marcos, em face de condições específicas de calado e apoio logístico integrado ao restante do território nacional, seja por rodovia ou ferrovia, sem dúvida, possibilitará apoio afastado e, quando necessário, apoio cerrado a eventuais operações na

vas no delta do Amazonas, preservando a projeção marítima do cone amazônico.

A AERONÁUTICA

A presença simultânea de unidades do Exército e da Aeronáutica, nos primórdios do Projeto Calha Norte, onde ao lado de um quartel havia uma pista de pouso desdobrar-se-á no efetivo controle do espaço aéreo amazônico, que, com a Lei do Abate, empresta grande capacidade de dissuasão para eventuais tentativas de penetração espúria na Amazônia.

CONCLUSÃO

Os interesses nacionais e os objetivos estratégicos da nação brasileira foram identificados e definidos, com rara felicidade, por José Bonifácio, logo após a independência, e explicitavam-se na preservação da nova condição política, na fixação das novas fronteiras e no desenvolvimento econômico, por meio da participação

A Amazônia é uma região praticamente virgem, pois somente cerca de 8% de sua superfície foi fruto de ação antrópica, ou seja, de alteração devida à ação do homem

no comércio internacional. A lucidez de José Bonifácio levou à criação imediata dos Ministérios da Justiça e da Marinha, visando à integridade do patrimônio nacional, em que a Amazônia já preocupava o poder central por seu isolamento e distância.

O Tratado de Madri e o Tratado de Santo Ildefonso, que ratificaram todas as alterações do Tratado de Tordesilhas, asseguraram ao Brasil sua forma triangular e amazônica, por excelência, fruto de um determinismo geográfico que concentra nessa região mais de 4 milhões de km² do território nacional.

Apesar dessa peculiaridade, a Amazônia é uma região praticamente virgem, pois so-

mente cerca de 8% de sua superfície foi fruto de ação antrópica, ou seja, de alteração devida à ação do homem – desmatamentos, invasões, grilagem, ocupação ilegal.

O Brasil não tem um contencioso definido nem problemas *de* fronteiras, porém, continua a apresentar problemas *nas* fronteiras. A Amazônia brasileira, com seu imenso arco setentrional desde Tabatinga, na fronteira com a Colômbia, até o Amapá, na fronteira com a Guiana, apresenta uma vulnerabilidade apreciável às questões do narcotráfico, guerrilhas ideológicas e contrabando de armas, que se desdobram a partir dos países vizinhos para o território brasileiro.

Outras questões, como a demarcação de terras indígenas, preservação ambiental, biodiversidade, províncias minerais extremamente nobres, elevada reserva de água doce e grande potencial energético, determinam uma preocupação constante com o espaço amazônico, onde os sistemas de proteção e vigilância, ora em implementação, têm vícios na origem de suas concepções, já que a satelização desses sistemas deixou de ser monopólio nacional pela privatização da Embratel e os vetores avançados de sensoriamento ainda buscam uma interação adequada com as plataformas onde serão instalados.

As vocações já identificadas, como a mineral, a agrícola e a energética, devem ser fruto de interações entre governo e empresas, em que a visão sistêmica dos projetos permita que eixos de desenvolvimento substituam conceitos ultrapassados de polos de irradiação.

Dessa forma, será possível que a energia, a logística e a telemática (telecomunicações + informática) estejam presentes nesses eixos de desenvolvimento.

Se quisermos preservar o direito da nação brasileira de promover o progresso, sem angústias e incertezas, livre do arbítrio daqueles que se julgam com o direito de policiar suas atividades, não temos dúvida em afirmar que a região amazônica constitui-se em uma questão prioritária para a soberania nacional.

Assim, a Estratégia Nacional de Defesa não poderá ignorar que a Amazônia tem peculiaridades que exigem ações especiais para sua preservação e segurança.

Não bastassem essas preocupações, existem desdobramentos nas áreas de reservas indígenas, em que a questão Ianomâmi e a demarcação da reserva *Raposa Serra do Sol* foram as mais polêmicas, pelo fato de ignorarem não só as questões das faixas de fronteiras,

como também o teor do subsolo abaixo das reservas concedidas, dificultando a detecção de minerais nobres e a preservação da segurança em áreas de difícil acesso e grandes vulnerabilidades, para ações de violação de fronteiras, da prática do narcotráfico e do

Estratégia Nacional de Defesa não poderá ignorar que a Amazônia tem peculiaridades que exigem ações especiais para sua preservação e segurança

contrabando de minérios.

Hipóteses de conflitos na Amazônia precisam ser identificadas e explicitadas à luz de fatores como consolidação e vivificação de fronteiras, patrimônio da humanidade, internacionalização, biodiversidade, pulmão do mundo, fonte inesgotável de água doce, vilã do efeito estufa e outros que possam justificar tentativas de monitoramento ou limitação da plena soberania nacional em solucionar a grande questão da Amazônia brasileira, que esperamos ver desenvolvida e definitivamente integrada ao restante do território nacional.

Não há dúvida que, dentro desse contexto, o perigo maior para a região amazônica

consiste exatamente em permanecer como uma reserva de bens, aguardando uma crescente pressão externa sob a forma de um impulso à fragmentação do espaço amazônico.

Dessa forma, um Novo Tratado de Cooperação Amazônica será obrigado a pensar em formas de avançar nas tentativas de ocupação do espaço amazônico e de impulsionar os integrantes do Tratado à cooperação para o desenvolvimento regional. Esse avanço, se delineado numa bem urdida manobra geopolítica, elevará, em curto e médio prazo, o potencial dos países da região, transformando-os no polo sul-americano, parceiro e não simples coadjuvante da economia mundial.

Assim, quando se observa a conjuntura internacional, com as ameaças e oportunidades que encerra, cada vez mais aparece claramente que a problemática do desenvolvimento regional dos países do Tratado e dos demais países sul-americanos tem em seu cerne a questão amazônica. Se for obtida a correta identificação e solução desses problemas, sem dúvida crescerão as implicações de segurança e defesa.

Essas questões de segurança e defesa deverão ser alicerçadas em capacidade de dissuasão, demonstrando a possíveis agressores uma vontade política de lutar, aliada à capacidade de oferecer uma longa resistência, que exigirá do eventual

agressor um preço por demais elevado em vidas humanas e em recursos logísticos.

Dessa forma, a defesa e a segurança da Amazônia revestem-se de um caráter de centralidade no planejamento estratégico dos países que integrarão o Novo Tratado de Cooperação Amazônica, exigindo a criação de uma zona de desenvolvimento e prosperidade que venha a ser suficientemente forte para subsistir a ações desestabilizadoras impostas por interesses de blocos ou terceiras potências estimuladas por sensações incontroláveis para a submissão ou a conquista da região.

Afinal, por que persistir no Mercosul e agora na União das Nações Sul-Americanas (Unasul), onde o confronto de ideologias em nada contribui para a solução dos grandes problemas da Amazônia? Por que não interagir com a Organização dos Estados Americanos naquilo que for do interesse da Amazônia Brasileira, se é na Organização dos Estados Americanos (OEA), da qual todos são membros, onde têm sido tratados e defendidos os interesses sul-americanos?

Afinal, estamos falando de metade do território brasileiro, da maior província mineral do planeta, da maior floresta latifoliada do globo, dotada de uma biodiversidade inigualável, dona do maior banco de germoplasma do planeta, abrigando uma expressiva parcela da matriz energética nacional e projetando os interesses brasileiros no Atlântico e no Caribe.

📁 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<ÁREAS>; Amazônia; Geopolítica; Política externa; Política interna; Estratégia;

BIBLIOGRAFIA

1. Caprile, René. “A Guerra das Águas”; *Jornal do Brasil*; Ideias/Ensaios. 22/3/92; Rio de Janeiro; RJ.
2. Clube Naval. “Simpósio Amazônia Brasileira”. *Revista do Clube Naval*. Ano 109, nº 309. Rio de Janeiro, RJ.
3. Gama e Silva, Roberto. “Os Recursos Naturais do Brasil”. *Questões Importantes Referentes ao Mar*. São Paulo, SP. Sociedade dos Amigos da Marinha, Soamar. Coordenadora: Georgette Nacarato Nazo, 1996.
4. *The Smithsonian Atlas of The Amazon*. *Smithsonian Books* – Washington and London-2003